

Publicado em francês:

H. Hirata e D. Kergoat, Les paradigmes sociologiques à l'épreuve des catégories de sexe: quel renouvellement de l'épistémologie du travail?, in *Les ressorts de la mobilisation au travail*. Durand J.P. et Linhart D. (coord.), Octarès Editions, collection Le travail en débats, série Colloques et Congrès, 2005, p. 288-298.

Artigo publicado também em linha pela revista *Papeles del CEIC*, Centro de Estudios sobre la Identidad colectiva, Université du Pays basque, Espagne, <http://www.ehu.es/CEIC/Papeles/papeles.htm>, n° 17, 2005.

Publicado em português:

- H. Hirata, D. Kergoat, "Os paradigmas sociológicos à luz das categorias de sexo: qual a renovação da epistemologia do trabalho?", in S. Baçal (org) *Trabalho, educação, empregabilidade e gênero*, Manaus, EDUA (Editora da Universidade Federal do Amazonas), 2009, p. 173-189.

- H. Hirata, D. Kergoat, "Paradigmas sociológicos revistos à luz da categoria de gênero. Que renovação aporta a epistemologia do trabalho?", in Revista *Novos Cadernos NAEA* vol. 11, n°1, 2009 (datada de junho 2008), p.39-50. Revista consultável no site <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn>

Os paradigmas sociológicos à luz das categorias de sexo : qual a renovação da epistemologia do trabalho?

INTRODUÇÃO

A questão da integração da dimensão sexuada nas análises do trabalho é posta à sociologia francesa há mais de trinta anos. Ora, se a sociologia do trabalho integrou parcialmente as categorias de sexo, essa integração permanece árdua e conflitual à medida que os paradigmas universalistas sempre dominantes no campo do trabalho são constitutivos dos métodos, das abordagens, dos suportes e das instituições constitutivas dessa subdisciplina.

É a história e o balanço desta integração relativa que nós gostaríamos de fazer aqui. Em primeiro lugar indicaremos as rupturas conceituais e sua perioridização. As problemáticas que levam em consideração as categorias de sexo têm uma história que abriu a possibilidade de rupturas teóricas e epistemológicas importantes, particularmente com uma tradição da sociologia do trabalho francesa centrada na figura do trabalhador do sexo masculino da grande empresa industrial, figura considerada como universal.

Estas rupturas têm conseqüências teóricas:

- O lugar real e o alcance desta sexuação dos objetos da sociologia do trabalho;
- O seu valor heurístico na análise do trabalho;
- Seu papel na renovação dos paradigmas que dominam o campo do trabalho;
- As construções alternativas em elaboração.

Este texto mostrará em seguida, a partir de exemplos concretos, as contribuições às pesquisas que introduzem uma perspectiva de gênero na análise dos objetos tradicionais da sociologia do trabalho.

Entim, pontuaremos algumas diferenças nacionais – destacando as européias – entre as diferentes maneiras de integrar as relações sociais de sexo dos sociólogos do trabalho

1. A DUPLA RUPTURA: TENTATIVA DE PERIORIDIZAÇÃO

Desde a metade dos anos setenta, numerosos trabalhos na França deram ao conceito de trabalho uma dimensão sexuada. Entretanto, não se pode dizer que esta inclusão tenha alguma estabilidade e real direito de cidadania na comunidade científica. Apesar do peso crescente das pesquisas sobre as mulheres e o trabalho na sociologia do trabalho francesa destes últimos anos, “as figuras neutras do pobre, do precário, do vulnerável, são construídas em referência à figura masculina do assalariado masculino em tempo integral com contrato de duração indeterminada. As noções de vulnerabilidade, de desafiliação, de flexibilidade, a perda de valor da condição salarial são apresentadas de maneira neutra, mas representam o negativo da figura do assalariado masculino durante os trinta anos gloriosos”¹. Um balanço recente da situação da sociologia do trabalho indicou os pontos positivos e ao mesmo tempo as dificuldades persistentes para integrar uma perspectiva de gênero nesta subdisciplina. Michel Lallement mostra como a produção de trabalhos originais neste campo foi progressivamente legitimada observando ao mesmo tempo que não é certo que o gênero seja “completamente reconhecido e entendido no meio acadêmico”².

Uma periodização minuciosa dos momentos de inclusão desta perspectiva, inclusão que foi marcada por rupturas com os paradigmas dominantes, nos parece útil e necessária para aprofundar a análise das razões desta instabilidade. Trata-se aqui de analisar dois tipos de ruptura induzidas pela introdução sucessiva das categorias de sexo e depois as relações sociais de sexo, ou do gênero. A dificuldade de uma tal periodização vem do fato que, se estas duas rupturas não são da mesma natureza, elas se superpõem parcialmente no tempo.

1.1 A integração das categorias de sexo

Podemos situar a primeira ruptura com a tradição da sociologia do trabalho francesa nos anos cinquenta, com os trabalhos pioneiros de Madeleine Guilbert e Viviane Isambert-Jamati sobre o trabalho doméstico³. No início dos anos sessenta, elas são igualmente as autoras do capítulo sobre “A repartição por sexo”⁴ do Tratado de

¹ Cf. Nicole Gadrey, “O ensino sobre ‘sociologia das relações sociais de sexo e de gênero”, in *Le genre comme catégorie d’analyse* (O gênero como categoria de análise), Fougeyrollas-Schwebel D., Planté C., Riot-Sarcey M., Zaidman C. (dir.), L’Harmattan 2003, p. 33-38.

² LALLEMENT M., “Algumas observações a respeito do lugar do gênero na sociologia do trabalho na França”, in *Le travail du genre. Les sciences sociales à l’épreuve des différences de sexe* (O trabalho do gênero. As ciências sociais à prova das diferenças de sexo), Laufer, J., Marry, C., Maruani, M. (dir), Paris: La Découverte, 2003, p. 123-37.

³ GUILBERT M., ISAMBERT-JAMATI V., *Travail féminin et travail domestique* (Trabalho feminino e trabalho doméstico), Ed. du CNRS, 1956.

⁴ GUILBERT M., ISAMBERT-JAMATI V. “A repartição por sexo”, in Friedmann G. e Naville P., *Tratado de sociologia do trabalho*, Armando Colin, 1961, p. 266-82.

Sociologia do Trabalho de G. Friedman e P. Naville. Ele pode constituir o melhor exemplo de que a emergência das mulheres enquanto campo regional não subverte a abordagem tradicional da sociologia do trabalho francesa, que exclui o trabalho doméstico do campo do trabalho. A questão é posta apenas em algumas linhas, curiosamente, alias, em conclusão do capítulo sobre o desemprego, escrito por Jacques Dofny: “Mas a sociologia do trabalho deve parar na análise da população ativa?” (...) A noção de mercado do trabalho é central nestas classificações. Esta definição restritiva do trabalho exclui uma parte substancial dos trabalhos realizados na vida social, precisamente aqueles que não são o objeto de uma remuneração, como os trabalhos domésticos ou a participação ativa na sociedade sem fim lucrativo. O que é definido como trabalho, é toda atividade levada em conta pela contabilidade nacional. Não é evidente que este ponto de vista seja aquele do sociólogo, tradicionalmente atraído pelas análises da divisão do trabalho social (...)” (p. 324)

A obra clássica de Madeleine Guilbert⁵, consagrada ao trabalho profissional das operárias, faz referência ao trabalho doméstico; ela mostrou que os postos de trabalho ocupados pelas mulheres na indústria tinham características próximas daquelas do trabalho doméstico (repartição das tarefas, minúcia, seqüências curtas, tensão nervosa, etc.). Mas ela não confere uma centralidade teórica à articulação trabalho doméstico/trabalho profissional.

É em 1971 que aparece o artigo pioneiro de Nicole-Claude Mathieu: *Notas para uma definição sociológica das categorias de sexo*⁶. Mas as pesquisadoras vão reapropriar-se dele muito mais tarde. De fato, até a metade dos anos setenta⁷, os primeiros trabalhos começaram a introduzir uma oposição binária (é um grupo de homens OU é um grupo de mulheres), mas as categorias de sexo tinham uma simples função de rotular. Paralelamente, os movimentos de mulheres avançavam a noção de opressão, teorizavam as relações entre os sexos, mas isto não era integrado às categorias. Tratava-se particularmente, neste período, de estudar o trabalho *das mulheres*, mais do que o trabalho segundo os sexos; de estudar sobretudo o trabalho profissional e assalariado mais do que o trabalho doméstico enquanto trabalho ou a articulação trabalho/família.

É no decorrer dos anos setenta e oitenta que se estrutura progressivamente na França uma orientação de pesquisa sobre “a transformação do estudo das mulheres em estudo ‘dos sexos’ e, simultaneamente, a interpenetração dos domínios antes separados da sociologia do trabalho e da sociologia da família” (N.C. Mathieu, 1991, p.28).

Os trabalhos se multiplicavam assim como os grupos de reflexão que confrontam, em particular, os resultados da sociologia do trabalho aos da sociologia da família. Uma obra coletiva foi publicada: *O sexo do trabalho. Estruturas familiar e sistema produtivo*⁸, cujo título indica a extensão dada ao conceito de trabalho, por um lado (a definição do “trabalho” não é mais comandada pelas categorias econômicas, o trabalho doméstico, tal como foi modelizado por numerosos trabalhos, tem plenamente seu lugar), e a vontade de pensar a articulação produção/reprodução, por outro lado.

⁵ GUILBERT M., (1966) *Les fonctions des femmes dans l'industrie* (As funções das mulheres na indústria). La Haye: Mouton.

⁶ Este artigo apareceu inicialmente em *Epistémologie Sociologique* (Epistemologia sociológica), nº 11, 1º semestre 1971, p. 19-39. Reeditada na *Anatomie Politique* (Anatomia política), Paris: Côté-femmes, 1991. Tratava-se inicialmente de uma comunicação ao VII Congresso mundial de sociologia, setembro, 1970.

⁷ ...eas sociólogas que integravam esta noção (C. Delphy, C., Guillaumin, N.C.Mathieu...) eram percebidas como as “militantes”, cujos trabalhos não tinham direito de cidadania nas esferas acadêmicas.

⁸ Presses Universitaires de Grenoble, 1984.

1.2. A introdução teórica das relações sociais de sexo

Seria falso dizer que nestes trabalhos, o sexo era apenas uma simples variável de classificação. A noção de hierarquia entre os sexos estava, por exemplo, onipresente. Mas nem por isso as categorias constituíam um sistema e apenas progressivamente se impôs a necessidade de reconhecer e conceituar a relação social que unia estas categorias. É isto que os franceses chamaram de “relações sociais de sexo”⁹. Desde a metade dos anos oitenta, numerosos trabalhos, individuais e coletivos, lhes foram consagrados¹⁰ e é em 1987 que uma mesa-redonda internacional foi organizada em Paris: *As relações sociais de sexo: problemáticas, metodologias, campos de análise*.

Esta relação social é caracterizada como transversal ao conjunto do sistema social, pode ser historicizado (se reproduz, mas ao mesmo tempo, mudanças constantes), é uma relação de poder, de dominação; cada categoria só existe em relação a outra, elas se co-constroem incessantemente. Esta conceitualização permitia afastar os grupos sociais homens e mulheres da bicategorização biológica machos-fêmeas.

Enfim, se definíssemos a relação social como uma tensão que atravessa o campo social, tensão que destaca alguns fenômenos sociais como centros em torno dos quais se constituem grupos com interesses antagônicos, chega-se à proposição seguinte: a divisão sexual do trabalho tem o *status* daquilo que está em jogo nas relações sociais de sexo¹¹. Assim temos, enfim, um paradigma sólido para incluir a diferença dos sexos na sociologia do trabalho.

2. AS CONTRIBUIÇÕES DAS PESQUISAS QUE INTRODUZEM UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO NOS OBJETOS TRADICIONAIS DA SOCIOLOGIA DO TRABALHO. ALGUNS EXEMPLOS.

Tais exemplos são hoje numerosos; o emprego e o desemprego, as qualificações e a competência, as técnicas e a inovação, a organização do trabalho e as situações de trabalho, os novos modelos produtivos e a especialização flexível, a questão da coerção e do controle social, as trajetórias profissionais e as carreiras, os movimentos sociais dos trabalhadores, as novas formas das migrações Sul/Norte, entre outros, foram o objeto de numerosos trabalhos que integram a dimensão sexual. Apresentaremos a seguir três exemplos tirados de nossas próprias pesquisas.

2.1 O conceito de trabalho

⁹ A emergência desta noção corresponde *grosso modo* à de “gender” nos países anglofones. Não podemos aqui, por falta de espaço, explicitar a preferência por um ou outro termo

¹⁰ A título de exemplo, cf.: DEVREUX A. M., DAUNE-RICHARD A. M.: “A construção social das categorias de sexo”, in *Sexes et catégories* (Sexo e categorias), Universidade de Provence: BIEF NE 17, p.39-53, déc. 85; BATTAGLIOLA F., COMBES D., DEVREUX A.M., FERRAND M., LANGEVIN A.: *A propos des rapports sociaux de sexe: parcours épistémologique* (A respeito das relações sociais de sexo: percurso epistemológico) (1986) Paris: CSU-IRESCO.

¹¹ KERGOAT D. “Divisão sexual do trabalho e relações de sexo” in *Dictionnaire critique du féminisme* (Dicionário crítico do feminismo), Hirata H., Le Doaré H., Senotier D. (coord.), PUF, 1ª edição 2000, p.35-44

Os iniciadores da sociologia do trabalho partem de um modelo assexuado de trabalho, seu tema – o homem – sendo elevado implicitamente como universal. Este modelo foi fortemente questionado desde os anos setenta pela problemática da divisão sexual do trabalho¹²: tratava-se de reconceituar o trabalho, pela inclusão neste conceito: 1) do sexo social (do gênero); 2) do trabalho doméstico. Ele é assim ampliado ao trabalho não assalariado, não remunerado, não mercantil, no trabalho informal. Trabalho profissional e doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social e sexo social são considerados como categorias indissociáveis. A partir desta proposição epistemológica de desenclavar e imbricar dimensões antes separadas, foi possível construir um questionamento que permite criar uma ponte entre as diferentes esferas de atividade¹³ e de acabar definitivamente com a antiga noção de ‘especificidade’.

Introduzindo a relação social (de sexo) na análise da atividade do trabalho, outros desenvolvimentos foram possíveis. Mencionaremos em particular a análise de certo número de empregos majoritariamente femininos em termos de “relação de serviço”, que se apoiou nas conceituações anteriores do trabalho doméstico¹⁴.

2.2 A qualificação

Não é surpreendente que o conceito de qualificação, conceito *princeps* em sociologia do trabalho, tenha sido um dos primeiros a serem confrontados à análise crítica impulsionada por esta sociologia.

Bastava de fato “olhar” os números, àqueles das pesquisas sobre emprego, àqueles da primeira pesquisa sobre as condições de trabalho (outubro de 1978) para que aparecesse claramente um primeiro aspecto: nos anos oitenta (80)¹⁵, as mulheres operárias estavam maciçamente situadas na faixa inferior da escala de qualificação: elas eram operárias não qualificadas ou ajudantes (78% dentre elas) enquanto os homens eram majoritariamente operários qualificados ou contramestres (55%). As condições de trabalho seguiam esta hierarquização: muito mais frequentemente que os operários, as operárias trabalhavam em linha de montagem sob cadências impostas, eram proibidas de falar, etc.¹⁶. Encontra-se aí a situação descrita por Madeleine Guilbert. Trata-se do primeiro nível da divisão sexual do trabalho: aquele da categorização por sexo.

¹² Cf. KERGOAT D., “Trabalhadores = trabalhadoras?” Proposições para uma articulação teórica de duas variáveis: sexo e classe social”, *Critiques de l’Economie Politique* (Críticas da economia política), nova série, 1978, nº 5, p.65-97.

¹³ Cf. HIRATA H., ZARIFIAN, P., Trabalho (conceito de), in Hirata H., laborie F., Le Doaré H., Senotier D. (coord.) *Dictionnaire critique du féminisme* (Dicionário crítico do feminismo), PUF, 1ª edição 2000, p. 230-5.

¹⁴ Cf. número da revista *Cahiers du Genre* sobre este tema: A relação de serviço. Olhares cruzados, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL D. (coord.), nº28, 2000; quanto à gênese desta noção na teorização do trabalho doméstico no seio da família, cf. CHABAUD-RYCHTER D., FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL D., SONTTHONNAX F., *Espace et temps du travail domestique* (Espaço e tempo do trabalho doméstico). Paris, Méridiens-Klincksieck, 1985. sobre os serviços e a dimensão “relacional” como qualificação cf. também DAUNE-RICHARD A.M., “A qualificação e a sociologia francesa: pesquisa com mulheres” in *Le travail du genre*, (O trabalho do gênero), op.cit., p.138-50.

¹⁵ Mantivemos as cifras sobre os quais se apoiou a demonstração na época. Mas precisamos salientar que fora as mudanças de terminologia, a situação não mudou. Cf. GOLLAC M., E VOLKOFF S., *Les conditions de travail* (As condições de trabalho), Paris, La Découverte, Repères, 2000, p.64-5; e *Document d’Etudes* (Documento de estudos) nº29 da DARES, *As condições de trabalho em pesquisas*, 1999.

¹⁶ MOLINE A. F. VOLKOFF S. “As condições de trabalhos dos operários... e das operárias”, *Economie et Statistique*, nº118, 1980, p. 25-39.

Mas existe um segundo nível: as pesquisas do Ministério do trabalho, cruzando sexo e qualificação, fizeram aparecer que as determinações geralmente admitidas e generalizadas ao conjunto da mão de obra recobriam realidades bem diferentes segundo o sexo do trabalhador. Este cruzamento, permitindo comparar as condições de trabalho dos operários e das operárias qualificados(as) e não-qualificados(as), evidenciava coisas surpreendentes para a *doxa* clássica: uma operária qualificada tinha estatisticamente mais “chances” que um operário não qualificado de trabalhar na linha de montagem, um trabalho repetitivo e sem o direito de conversar¹⁷.

Tais resultados questionavam os conhecimentos sociológicos anteriores sobre a qualificação visto que eles mostravam que existe uma divisão social do trabalho por sexo, que se entrecruza com outras formas de divisões sociais mas sem ser redutível a elas, assim como ela não é redutível a uma simples diferença quantitativa entre os atributos dos trabalhadores em questão (por exemplo o nível de formação). E como é sabido que todas as outras formas da divisão social do trabalho remetem a relações de poder, era legítimo concluir daí a presença de uma relação social: a relação de sexo (ou: de gênero).

Hoje é mais freqüente o sociólogo ser confrontado nas empresas ao termo “competência”, mais que àquele de “qualificação”. Não retomamos aqui o (vivo) debate sobre essa noção problemática. O debate sobre qualificação/competência é amplamente conhecido. Afirmaremos simplesmente que o modelo da competência, na medida em que traz mudanças para o trabalhador ou a trabalhadora (individualização face à hierarquia e ao coletivo de trabalho, exigências de “saber ser”, de envolvimento no trabalho...) se representa e é representado de maneira diferente senão oposta no caso dos homens e no das mulheres¹⁸. Divisão sexual do trabalho e relações de gênero se reproduzem ao passo que as resistências demoram a se constituir tanto os coletivos sofreram com as novas políticas de mão de obra. Esses conceitos são enfim preciosos para compreender na sua complexidade tanto a competência quanto a qualificação¹⁹.

2.3 Novos modelos produtivos e “especialização flexível”

As alternativas aos modelos produtivos taylorista ou fordista, denominadas, segundo os autores, “especialização flexível”, “novo conceito de produção”, “neo-taylorismo” ou “pós-fordismo”, são raramente conjugados no feminino. Estes termos se pretendem neutros, mas na realidade generalizam ao conjunto da mão-de-obra transformações no universo produtivo que concernem essencialmente os homens. Assim, a tese da requalificação dos operadores como consequência das inovações tecnológicas e organizacionais é fortemente questionada por uma análise em termos de divisão sexual e internacional do trabalho²⁰.

Este movimento de requalificação atinge essencialmente uma parte dos trabalhadores homens dos países do Norte. Suas consequências sobre a mão-de-obra feminina são mais contraditórias, como indica a evolução do debate teórico: a relação

¹⁷ KERGOAT D., *Les ouvrières* (As operárias), Paris, Le Sycomore, 1982.

¹⁸ ROZENBLATT P., SEHILI D., “Crônica de uma neutralidade anunciada”, *Formation Emploi*, nº68, 1999, p. 21-36. KERGOAT P., *L'apprentissage dans les grandes entreprises (en France. Etude de trois cas. Thèse de sociologie. (A aprendizagem nas grandes empresas (na França). Estudo de três casos. Tese de sociologia)*, Paris X-Nanterre, 2002.

¹⁹ Sobre a relação entre trabalho doméstico e competência, cf. FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL D., “O trabalho doméstico: economia da servidão e da repartição”. In *Femmes et partage du travail* (Mulheres e repartição do trabalho), HIRATA H., SENOTIER D. (DIR.), Paris, Syros, 1996, p.87-101.

²⁰ Cf. HIRATA H., “Divisão sexual e internacional do trabalho, in “Paradigmas do trabalho”, H. Hirata (coord.), *Futur Antérieur*, nº16, p. 27-35.

entre especialização flexível e negação da qualificação feminina, desenvolvida por Jane Jenson²¹; a tese da justaposição entre taylorismo e aditividade das tarefas (no feminino) e requalificação (no masculino), de Daniele Kergoat²²; e enfim, mais recentemente, a idéia da “flexibilidade assistida por computador”, de Sophie Prunier²³.

Estes modelos esclarecem os resultados de pesquisas empíricas (sendo por vezes interrogados por eles). Uma pesquisa realizada recentemente em firmas multinacionais francesas no Brasil²⁴ mostrou três modalidades de organização do trabalho operário distintos. Numa empresa de biscoitos, flexibilidade e trabalho em equipes dos efetivos de sexo masculino; linhas de embalagem com cadências e ritmos para as operárias do sexo feminino. Numa empresa de fabricação de pára-brisas, há inversão do esquema da divisão sexual: um “gueto” feminino, enclave sob forma de sala esteril, com exigência de destreza manual, rigor e higiene; e postos masculinos sob cadência imposta pelas máquinas (saída dos pára-brisas do forno). Entretanto, uma organização flexível estando em curso de implantação, os homens eram os únicos a se beneficiar de uma política ativa de formação. Enfim, numa empresa farmacêutica, o grupo de mulheres era também atingido pelo movimento de requalificação, participando das inovações organizacionais. Homens e mulheres tinham acesso à formação, a diferença se situando entre postos de execução (operadoras de máquinas) e os postos mais técnicos e de supervisão (chefes e engenheiros).

Estes exemplos tornam plenamente atual a interrogação de Jane Jenson: “Mulheres e homens se beneficiam igualmente dos processos de requalificação do trabalho e do novo peso conferido ao trabalho qualificado?”²⁵ Fazer essa pergunta permite ver como, em cada caso, a organização do trabalho utiliza a divisão sexual do trabalho como um motor eficaz para remodelar suas novas formas.

3. DIFERENÇAS NACIONAIS NA INTRODUÇÃO DO GÊNERO E NA CONSIDERAÇÃO DA CENTRALIDADE DO TRABALHO.

Pode-se, portanto constatar que a introdução das categorias de sexo e das relações sociais de sexo no seio mesmo da análise das relações de trabalho, assalariado e doméstico, pôde contribuir tanto aos conhecimentos renovados sobre o próprio trabalho, quanto na formulação de novas interrogações, na abertura de outros campos de pesquisa. Todavia, este movimento não se fez da mesma maneira, não seguiu nem os mesmos ritmos, nem as mesmas orientações, nos diferentes contextos nacionais, sobretudo europeus.

Uma primeira grande distinção se situa entre os países anglo-saxões e os países francófonos. Para estes últimos, pode-se situar nos anos oitenta a reinterrogação sistemática das ferramentas e dos métodos utilizados usualmente no campo do

²¹ JENSON J., “Os talentos das mulheres, As habilidades dos homens: A mulher e a especialização flexível, in WOOD, S., (Ed.) *The transformation of work?* (A transformação do trabalho?), Londres, Unwin Hyman, 1989, p. 141-55.

²² Cf. KERGOAT D., Les absentes de l’histoire (“As ausentes da história”), Revista *Autrement* n°126, 1992, p.73-83.

²³ PRUNIER-POULMAIRE S., “Flexibilidade assistida pelo computador”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 134, setembro 2000, p. 29-36.

²⁴ Política industrial, relações clientes-fornecedores e organização do trabalho: um caso brasileiro. Oitavo Encontro Internacional do GERPISA “O Mundo que mudou a Máquina: Qual industria automobilística às vésperas do século XXI? Paris, 8-10 junho de 2000.

²⁵ Id.ib. 1989, p. 141.

trabalho²⁶. Simultaneamente nos países anglo-saxões era colocada a questão da elaboração de uma epistemologia ou das epistemologias feministas questionando a natureza da objetividade, o acesso sexuado (...) ao conhecimento, a relação entre o objeto e o sujeito da pesquisa, a construção social – e sexuada – da natureza, da verdade ou da cultura²⁷. Se na França, observou-se desde o fim dos anos setenta um movimento de sexuação da sociologia do trabalho, não houve constituição de uma epistemologia feminina como nos Estados Unidos, esta última continuando aliás, pouco conhecida: quem, na França, pensa que a concepção tradicional da objetividade e o postulado da neutralidade sociológica mereceriam ser rediscutidas?²⁸

Gostaríamos de concluir sublinhando algumas diferenças e convergências entre as sociologias nacionais do trabalho, de um lado, e algumas especificidades da sociologia do trabalho francesa, de outro.

Uma primeira convergência pode ser assinalada na emergência sucessiva das “mulheres”, primeiro, “dos sexos” e/ou do “gênero”, em seguida, nas sociologias nacionais, quaisquer que sejam o seu desenvolvimento no tempo ou o momento em que se situa sua aparição²⁹.

Uma segunda convergência diz respeito ao momento da emergência das “mulheres” ou das “categorias de sexos” na sociologia do trabalho: o impulso dos movimentos feministas do fim dos anos sessenta e o início dos anos setenta nos países capitalistas desenvolvidos foi determinante e precedeu a análise que leva em consideração as mulheres/as categorias de sexo. Nos países semi-industrializados ditos “em via de desenvolvimento”, isso ocorreu um pouco mais tarde, e pode-se periodizar esta aparição por volta de 1975, no momento da Década para as mulheres da ONU no México, acontecimento institucional a partir do qual se desenvolvem múltiplos grupos feministas na América Latina.

Uma terceira convergência diz respeito à anterioridade da antropologia em relação à sociologia quanto a introdução de uma abordagem homens-mulheres na divisão social do trabalho (cf. Kate Young na Inglaterra, N.C. Mathieu na França e, bem anteriormente, Margareth Mead nos Estados Unidos).

Uma quarta convergência é a quase-total impermeabilidade das sociologias do trabalho às pesquisas sobre o gênero da filosofia “queer” (Judith Butler)³⁰ e da psicanálise feminista (Nancy Chodorow)³¹. Na França, essa característica está provavelmente relacionada com a estrita demarcação, observável até o início dos anos oitenta na sociologia do trabalho entre família/trabalho, e àquela entre sexualidade, corpo e profissionalidade que se manteve através do tempo. E se existe uma corrente da

²⁶ VANDELAC L., “...E se o trabalho ficasse grávido? Ensaio feminista sobre o trabalho. *Sociologies et sociétés*, volume XIII, nº2, outubro de 1981, p. 67-82.

²⁷ HARDING S. (Ed. por) *Feminism and Methodology* (Feminismo e Metodologia), Indiana/Milton Keynes, Indiana University Press, 1987; Harding, S., *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives*. (Que Ciência? De quem é o conhecimento? Pensar a vida a partir das mulheres). Ithaca, New York, Cornell University Press, 1991, HARAWAY, D. J., *Simians, Cyborg and Women. The Reinvention of Nature*. New York, Routledge, 1991.

²⁸ Cf. GAUSSOT L., “A problemática das relações sociais de sexo: um dever de inventário”. Comunicação apresentada no 1º Congresso de l’AFS, Villetaneuse, fevereiro de 2004.

²⁹ Ver, para a sociologia do trabalho anglo-saxã, WACJMAN J., “O gênero no trabalho”, in *Le travail du genre* (O trabalho do gênero), op.cit., p.151-162.

³⁰ BUTLER J., *Gender Trouble. Feminism and Subversion of Identity* (Gender Trouble. Feminismo e Subversão de Identidade), New York/Londres, Routledge, 1999. (1990).

³¹ CHODOROW N., *The reproduction of Mothering. Psychoanalysis and the Sociology of Gender* (a Reprodução de maternagem. Psicanálise e a Sociologia do gênero), Berkeley, Los Angeles, Londres, University of California Press, 1999 (1978).

sociologia do trabalho francês que é atravessada pela psicanálise (Eugène Enriquez, Vincent de Gaulejac) ela não leva em conta a perspectiva psicanalítica feminista...

Quanto às diferenças, a primeira observação concerne também a relação entre as disciplinas: a influência e as aproximações disciplinares desenham contornos específicos em cada sociologia nacional do trabalho. Assim, a influência – recíproca – entre uma sociologia das relações sociais (de sexo) e a psicopatologia ou psicodinâmica do trabalho (C. Dejours) parece mais específica ao caso francês, onde ela se afirmou desde os anos oitenta; no caso da sociologia do trabalho anglo-saxã, a sociologia da cultura e a gestão parecem ter uma influência muito mais decisiva quanto as configurações temáticas³².

Mas é sem dúvida a respeito do trabalho e de sua centralidade que as diferenças são mais marcantes. De fato, o debate centralidade do trabalho/fim do trabalho, em relação com a análise da centralidade diferencial do trabalho para as mulheres e para os homens, é praticamente inexistente afora o quadro francês. Praticamente inexistente também, a afirmação do lugar central do trabalho na sociedade, a partir de uma definição ampla do trabalho que integre o trabalho não remunerado, o trabalho doméstico, o trabalho informal etc. em oposição à tese do “fim do trabalho”.

Sem dúvida a explicação destas diferenças (influência da gestão nos debates da sociologia do trabalho anglo-saxã, lugar de debate sobre a centralidade do trabalho na França) deve ser procurada na gênese destas duas sub-disciplinas (pensamos, por exemplo, nos estudos pioneiros realizados pelas fundadoras na Western Electric Company nos anos trinta nos Estados Unidos³³.

CONCLUSÃO

Mostramos como a introdução das categorias de sexo e, em seguida, das relações sociais de sexo na sociologia do trabalho renovou os conceitos e os enfoques sociológicos. Quanto à renovação da epistemologia do trabalho, vimos como o balanço é pouco conclusivo. A crítica-desconstrução do conceito clássico de trabalho levou seguramente à elaboração de um paradigma sólido – o de uma teoria da divisão sexual do trabalho, profissional e doméstico, como o que esta em questão (“enjeu”) nas relações sociais de sexo – e alternativo aos paradigmas clássicos “cegos à questão do gênero” (“gender blinded”) existentes para repensar as categorias, os métodos e as problemáticas da sociologia do trabalho. Mas se o acúmulo dos dados e dos trabalhos é importante nestes últimos vinte anos, muito resta ainda a ser feito. Os aspectos institucionais tornam-se cada vez mais significativos como bloqueios – mas poderão, talvez, se tornar um dia alavancas? – na diversificação e ampliação do campo da pesquisa sobre “o sexo do trabalho”.

³² Cf. WACJMAN J., op. Cit.

³³ DESMAREZ P., *La sociologie industrielle aux Etats-Unis* (A sociologia industrial nos Estados- Unidos), Paris, Armand Colin, 1986.